momentos de fechar bons negócios.

O estado de Goiás, até recentemente importante unidade da União na exportação de milho, sente o reflexo dessa mudança. A área ocupada com o cereal se reduz e seu próprio consumo passa o correr risco. Uma das propostas da Secretaria de Agricultura goiana consiste na instituição do Prêmio de Garantia, um mecanismo para remunerar o produtor ou cooperativa pelo qual o governo banca a diferença, caso o preço de mercado fique abaixo do fixado na tabela de liquidação do contrato. Para usufruir do programa o beneficiário teria que pagar uma taxa.

Mesmo em tempos de forte intervenção governamental, com preços mínimos de garantia e operações de AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGFs (empréstimos do governo federal), o mercado de milho sempre carece de liquidez. A boa notícia deste ano vem da Bolsa de Mercadorias & Futuros, onde as dificuldades de abastecimento fizeram com que muitos consumidores procurassem proteção. Até novembro foram negociados 15,3 mil contratos, cerca de 234% acima do volume registrado em 2001.

No *front* externo, cujo acompanhamento é crucial nesse período, diante das necessidades de importações do país, os preços do milho deverão girar entre US$2,20 e US$2,60 o *bushel*. Um valor acima de US$3 o *bushel* poderá ocorrer em casos extremos de adversidades climáticas no Brasil, Argentina e particularmente na China.

pinazza@agroceres.com.br
regis@fgv.br

Em plena expansão

O complexo soja ocupa 13% das exportações brasileiras, apesar dos problemas tributários, logísticos ou comerciais

CARLO LOVATELLI

O agronegócio soja é um dos mais eficientes do Brasil. Aproximadamente 250 mil produtores rurais vivem da renda gerada por esse produto. A competência dos agricultores aliada a uso de tecnologia avançada, sementes melhoradas e plantio direto farão com que a safra passe de 42 milhões de toneladas em 2002 para mais de 48 milhões no próximo ano. O complexo soja (grão, farelo e óleo) será responsável por 13% das exportações brasileiras – entrada de US$7,5 bilhões, com aumento de US$1,6 bilhão em relação à temporada anterior.

Um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre a geração de empregos demonstra que para cada R$10 milhões de produção adicional de óleos vegetais são criados 535 novos empregos diretos e indiretos, além de 376 gerados pelo efeito renda.



O Brasil, individualmente, é o segundo maior produtor e exportador de soja, farelo e óleo do mundo. Junto com Argentina, Paraguai e Bolívia, torna a América do Sul o maior fornecedor mundial desses produtos. Isso ocorre justamente no período da entressafra no hemisfério Norte, tornando o cone Sul o principal fornecedor mundial de produtos oleaginosos de março a outubro. Estudos demonstram que o Brasil pode obter uma safra de 56 milhões de toneladas em 2006, conquistando maior espaço no mercado internacional.

O que já é bom, pode melhorar, e muito. O setor tem grandes problemas internamente e outros tantos no mercado internacional, o que não o impede de apresentar resultados excepcionais. Mas o segmento precisa de ações competentes para desobstruir o caminho e obter resultados ainda melhores.

Um dos mais sérios entraves é a estrutura tributária brasileira. O caos reinante impede a agregação de valor à produção agrícola destinada à exportação. A Lei Kandir desonerou acertadamente as exportações de produtos agrícolas, mas esqueceu o processo de produção dos industrializados à base da matéria-prima oriunda do campo. Ao adquirir soja de outros estados, a indústria brasileira arca com o custo do ICMS (12%), que se transforma em créditos sem liquidez.

O que os industriais desejam é o mesmo tratamento tributário concedido à indústria de outros países, isto é, que não se cobre ICMS na compra de matérias-primas destinadas a processamento para exportação. Tal isonomia evitaria a exportação de empregos industriais para outros países.

O estudo *Tributação nos alimentos – por que mudar, como mudar*, patrocinado pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), demonstra que no mercado interno também não basta desonerar o produto final.

Problemas brasileiros

A estrutura tributária brasileira requer uma reforma ampla, não é suficiente tomar medidas pontuais. É urgente promover a reforma tributária radical. O objetivo deve ser eliminar os impostos incidentes sobre os alimentos desde a produção até a venda ao consumidor. No Brasil, ao contrário do que ocorre na maioria dos países, se tributam pesadamente os alimentos. O ideal para que a população pudesse ter acesso mais fácil aos alimentos seria eliminar a tributação exagerada, não apenas na ponta do consumo, mas em toda a cadeia produtiva. Sem isso, há um acúmulo de impostos embutidos no preço final de venda, como ocorre atualmente no processo de produção de alimentos.

Outro problema interno é a questão dos transportes. A logística é fundamental para aumentar a competitividade da produção agrícola brasileira. O custo médio de transporte no país é de US$22 por tonelada. Nos EUA o valor para carregar o mesmo volume é US$15, e na Argentina, US$10. O país precisa de uma estrutura de transporte multimodal, baseada em ferrovias e hidrovias, que contribuiria enormemente para a competitividade da produção agrícola e industrial brasileira. A ampliação da malha da Ferronorte e a operação do transporte hidroviário, que tem possibilitado a expansão da produção agrícola na região do cerrado, reduziriam significativamente os custos de transporte.

Também a pavimentação de rodovias estratégicas contribuirá para criar corredores de exportação e escoamento totalmente novos e promover o desenvolvimento de uma vasta região. Como a BR-163, por exemplo, que liga Cuiabá a Santarém. Ela corta o Norte de Mato Grosso até o Sul do Pará. Pavimentada, vai incorporar essa enorme e produtiva região ao agronegócio brasileiro.

Outra questão crucial para esse setor, que movimenta bilhões de dólares, são as negociações comerciais internacionais. A rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC) será uma oportunidade para o Brasil e os países que compõem o Grupo de Cairns defenderem a redução das barreiras tarifárias, eliminação dos subsídios à exportação e disciplinamento dos mecanismos de apoio interno. Há importantes negociações em curso no âmbito da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) e também dos dirigentes da União Européia com os do Mercosul. É o momento adequado para negociar a redução ou eliminação das dificuldades comerciais, cada dia mais críticas entre os países produtores, como o Brasil, e os grandes consumidores, como a União Européia e os EUA.

Simultaneamente, é necessário desenvolver negociações bilaterais com os grandes consumidores deste novo século, China e Índia, mercados onde o Brasil precisa marcar presença e obter uma fatia considerável com seus competitivos produtos agrícolas, seja soja em grão, farelo, óleo ou carnes, que agregam valor aos produtos do complexo soja.

Merecem muita atenção do novo governo as novas utilizações dos produtos da soja. Um bom exemplo é o biodiesel. Foi criado o Probiodiesel para desenvolver esse combustível renovável, produzido a partir do óleo de soja, que substituirá 5% do óleo diesel com enormes vantagens. O uso dessa nova energia ajudará a desenvolver a produção agrícola no país; gerará empregos no campo e nas cidades; economizará divisas ao substituir o diesel importado e pago em dólares e ajudará a preservar o meio ambiente, pois possui teor menor de enxofre e emite menos gás carbônico, principal responsável pelo efeito estufa, quando utilizado como combustível. O Probiodiesel poderá criar 183 mil novos empregos, fortalecendo as economias regionais, e melhorar a qualidade do ar nas poluídas grandes cidades.

E por último, mas não menos importante, há a questão dos produtos geneticamente modificados ou transgênicos, que está sendo reavaliada na Justiça e, ainda sem definição legal, está impedindo o país de usar todo seu potencial de desenvolvimento e pede uma decisão com urgência.

Carlo Lovatelli *é presidente da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais).*
abiove@abiove.com.br